



TJDFT

Comitê de Atenção Prioritária do
de Jurisdição

1º Grau

Relatório de Acompanhamento

Fevereiro 2025

Plano de Ação 2022 - 2024



APRESENTAÇÃO

O Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição – CGPRIORI, no âmbito do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios – TJDF, apresenta o **Plano de Ação** para alcançar os objetivos elencados na Resolução 194, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

Em 2018, o TJDF instituiu, por meio da Portaria Conjunta 114/2018, os Comitês Orçamentários de primeiro e segundo grau. As funções do Comitê Orçamentário de primeiro grau são exercidas pelo CGPRIORI. Conforme os termos da Resolução 194 do CNJ, o objetivo principal do Comitê é desenvolver, em caráter permanente, iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento da qualidade, da celeridade, da eficiência, da eficácia e da efetividade dos serviços judiciários do primeiro grau. As principais atribuições do Comitê são:

- Fomentar, coordenar e implementar programas, projetos e ações vinculados à Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, no âmbito de atuação do Tribunal;
- Atuar na interlocução com o CNJ, com a Rede de Priorização do Primeiro Grau e com as instituições parceiras, compartilhando iniciativas, dificuldades, aprendizados e resultados;
- Interagir permanentemente com o representante do TJDF na Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e com a SEPG;
- Promover reuniões, encontros e eventos para o desenvolvimento dos trabalhos;
- Monitorar, avaliar e divulgar os resultados alcançados;
- Auxiliar na captação das necessidades ou demandas;
- Realizar encontros, preferencialmente no primeiro quadrimestre de cada ano, para discutir as necessidades ou demandas, bem como para auxiliar na definição das prioridades, de modo a alinhá-las à possibilidade orçamentária;
- Auxiliar a elaboração da proposta orçamentária;
- Auxiliar a execução do orçamento, notadamente por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.

COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

O Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de no TJDFT foi instituído pela [Portaria Conjunta 79 de 2014](#), alterada pela [Portaria Conjunta 73 de 2020](#).

São membros do Comitê, com mandato de dois anos, designados por meio da [Portaria GPR 340 de 2023](#) e atualizações.

Membros Titulares

Juíza Vanessa Duarte Seixas - **Presidente**

Juíza Jackeline Cordeiro de Oliveira

Juiz Atalá Correia

Juíza Simone Garcia Pena

Servidora Keila da Conceição Moraes

Servidora Pollyana Barbosa de Oliveira Santiago

Servidora Lívia Garcia Guedes

Servidor Carlos Felipe de Aguiar Nery

Membros Suplentes

Juíza Monike de Araújo Cardoso Machado

Juíza Vívian Lins Cardoso Almeida

Juíza Luciana Yuki Fugishita Sorrentino

Juiz Eduardo da Rocha Lee

Servidor Daniel Rodrigues Franco

Servidora Marilene Conceição dos Santos Oliveira Silva

Servidora Tatiana de Souza Guedes

Servidora Renata Filippi da Silva Amorim

Participação das Associações

Juiz Rafael Rodrigues de Castro Silva (AMAGIS-DF)

Servidores Ginilson Valentim Martins, titular, e Fernando de Assis Freitas, suplente (ASSEJUS-DF)

ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO

A elaboração do Plano iniciou-se logo após a primeira reunião com a nova composição do CGPRIORI.

Inicialmente, foram analisados os resultados do biênio 2020-2022, as diretrizes da nova gestão que compõem o Plano de Administração do Biênio – PLABI 2022-2024 e os projetos do *Portfólio* Estratégico, com impacto no primeiro grau e que auxiliam no alcance dos objetivos e metas do Plano Estratégico. Além disso, as ações e os projetos acompanhados pelos Comitês que integram a Governança Institucional, tais como, o Plano Estratégico do TJDFT 2021-2026; o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação; o Plano Estratégico de Gestão de Pessoas e Plano Anual de Contratações.

Após, o Comitê disponibilizou consulta aberta a Magistrados e Servidores para colher sugestões, com o fim de avaliar as ações do Plano 2020-2022 que não foram concluídas, bem como a propor novas ações para cada uma das linhas de atuação elencadas na Resolução CNJ 194 de 2014. O formulário eletrônico foi amplamente divulgado pela Assessoria de Comunicação Social – ACS nos canais internos de comunicação e ficou disponível no período de **30/3 a 24/4/2023**. Ao total, foram recebidas 55 respostas e 44 sugestões.

Dessa maneira, o Plano de Ação compreende **ações** pensadas para o atendimento dos objetivos das linhas de atuação do Comitê, dispostas na Resolução 194 do C NJ:

- Alinhamento ao Plano Estratégico;
- Equalização da Força de Trabalho;
- Adequação Orçamentária;
- Infraestrutura e Tecnologia;
- Governança Colaborativa;
- Diálogo Social e Institucional;
- Prevenção e Racionalização de Litígios;
- Estudos e Pesquisas;
- Formação Continuada.

PLANO DE AÇÃO

➤ Linha de Atuação: Alinhamento ao Plano Estratégico

Objetivo: Alinhar o plano estratégico do Tribunal aos objetivos e linhas de atuação da Política, de modo a orientar seus programas, projetos e ações.

Ação APE1 – Acompanhar o desenvolvimento do Programa de Modernização das Atividades Cartorárias – Cartório 4.0.

▪ PA SEI 24810/2023

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI GJP AURORALAB	agosto de 2024	Concluída.

Considerações

AURORALAB:

- O Projeto está com 46% de execução.
- O AuroraLab está envolvido no Projeto Expedição 4.0.
- Foco em propostas de decisão com força de mandado.
- Ajustes realizados em dezembro com base em contribuições dos Oficiais de Justiça.

Próximos passos:

- Disponibilização de decisão com força de mandado depende de um ambiente de testes mais estável do PJe.

Ciclo Central de Expedição:

- Atualmente paralisado. Motivo: alocação da equipe do AuroraLab em projetos prioritários definidos pela Administração Superior.

Medidas aguardadas:

- Disponibilização de novo ambiente de testes do PJe.
- Atualização mais rápida dos modelos de mandados existentes.
- Impacto positivo esperado no andamento do Projeto Expedição 4.0 (Ciclo Leiaute de Mandados e Central de Expedição).

Ação APE2 – Monitorar e copatrocinar os projetos estratégicos cujos resultados impactem positivamente na atuação do Primeiro Grau de Jurisdição.

- **PA SEI 24820/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI CGGE SEPG	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

NUGESP: O *Portfólio* Estratégico do TJDFT possui 6 projetos e 3 programas **com impacto no primeiro grau de jurisdição**, conforme painel disponível na internet, no link: [Microsoft Power BI](#)

Um resumo dos programas e projetos do *Portfólio* com impacto no 1º grau:

Projeto	% de execução	Situação
---------	---------------	----------

Projeto de Melhoria do Processo de Gestão de Precedentes	100%	concluído
Projeto de Desenvolvimento de Sistema de Cálculos Judiciais	100%	concluído
Programa de Modernização e Convergência de Sistemas Judiciais e Administrativos	62%	em execução
Projeto de Ampliação e Instalação de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania	100%	concluído
Projeto de Implantação da Gestão de Riscos no TJDFT	90%	em execução
Projeto de Modernização da Vara de Execução Fiscal (VEF)	71%	em execução
Programa de Modernização das Atividades Cartorárias – Cartório 4.0	46%	em execução
Projeto para Implantação de novo modelo de utilização dos espaços físicos destinados às Varas Cíveis e de Órfãos e Sucessões de Brasília	100%	concluído
Programa de Transformação Digital do TJDFT	55%	em execução
Programa Justiça Infantojuvenil	52%	em execução

➤ **Linha de Atuação: Equalização da Força de Trabalho**

Objetivo: Equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeiro e segundo graus, proporcionalmente à demanda de processos.

Ação EFT1 – Monitorar o cumprimento da Resolução CNJ 219/2016.

Atividade: acompanhar a destinação das funções comissionadas advindas do Projeto de Lei 1987/2023.

▪ **PA SEI 24821/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Presidência Corregedoria SEG SEP SEGP SEPG	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

Houve a apresentação da SEGP na reunião do Comitê, em 5/5/2024.

Foi apresentado o demonstrativo de utilização das funções comissionadas criadas pela Lei nº Lei nº 14.676/2023 (os quadros informam, por grupo e área de atividade, o quantitativo de funções criado pela Lei) e as portarias de destinação (Portaria GPR 2300/2023; Portaria GPR 2.889/2023).

Ação EFT2 – Acompanhar os projetos e iniciativas do Plano Estratégico de Gestão de Pessoas – PEGP relacionados ao tema “Equalização da Força de Trabalho”.

▪ **PA SEI 24822/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI CGGP SEP SEGP	agosto de 2024	Em andamento

Considerações:

Revisão Bienal das Lotações das Unidades Judiciárias:

- Baseada na Resolução CNJ 219/2016.
- Etapa final de análise qualitativa sob a coordenação do GJP.
- Previsão de término e publicação: março/2025.

Subsídios para análise global e decisão final:

- Análise estatística da metodologia da Resolução CNJ 219/2016.
- Dados estratégicos considerados:
 - Quantitativo de cargos vagos passíveis de provimento.
 - Quantitativo de vagas e déficit nas unidades judiciárias.
 - Processos distribuídos e pendentes.
 - Taxa de conciliação.
 - Alcance de metas.
 - Tendência de aumento ou diminuição da demanda.
 - Complexidade das matérias tratadas.

- Medidas urgentes.

Ação EFT3 – Fomentar e monitorar a realização do estudo de dimensionamento da força de trabalho do 1º grau de jurisdição e suas unidades de apoio, considerando critérios objetivos e comuns às unidades de competência similar.

Atividade 1: *fomentar estudo estatístico sobre a equalização da força de trabalho da 1ª instância, a partir do volume da distribuição processual (critérios: comparativo distribuição, desarquivamento, redistribuição, lotação, tramitação).*

Atividade 2: *promover estudo sobre o dimensionamento da força de trabalho dos estagiários, que prestam apoio ao 1º Grau.*

- **PA SEI 24827/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria SEP SEGP	agosto de 2024	Em andamento

Considerações:

- **Atividade 1:** realizado o estudo estatístico.
- **Atividade 2:** a análise da revisão da Portaria GPR 2336/2019, referente ao quantitativo, ajuste e remanejamento de vagas de estágio supervisionado está em fase final, com previsão de conclusão para março. Baseado na Resolução nº 219/2016 do CNJ, o processo de revisão da Portaria adota critérios objetivos, como volume processual e complexidade das atividades, para otimizar a distribuição dos estagiários, fortalecendo o aprendizado prático e garantindo a eficiência dos serviços do Tribunal.

➤ **Linha de Atuação: Adequação Orçamentária**

Objetivo: Garantir orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades judiciárias de primeira instância, bem como adotar estratégias que assegurem excelência em sua gestão.

Ação AO1 – Auxiliar a execução do orçamento, notadamente por meio do acompanhamento de projetos, iniciativas e contratações.

▪ **PA SEI 24828/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI CGGC SEMA SEOF	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

- Plano de Contratações Anual – PCA 2024: total de demandas foi de 223. 87,89% concluídas, representando 81,70% do total.
- PCA 2025: propostas 254 demandas, com valor estimado de R\$ 485.793.762,56. 124 serão novas contratações, representando um impacto financeiro de R\$ 162.733.113,80, dentre as quais 39 são demandas de investimento. As demais (130) se referem às renovações contratuais.
- Não existe um marcador específico na execução orçamentária para diferenciar o 1º Grau das demais áreas do Tribunal. A maior parte das dotações "primário discricionário" é destinada ao atendimento do Plano de Contratações Anuais.
- [Plano de Contratações Anual](#)

Ação AO2 – Acompanhar a execução do Plano Anual de Contratações, com relação às contratações que impactem na atuação do Primeiro Grau de Jurisdição.

▪ **PA SEI 24828/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
---------------------	---------------------------	----------

CGPRIORI CGGC SEMA SEOF	agosto de 2024	Concluída
----------------------------------	----------------	-----------

Considerações:

Mesmas informações prestadas na ação AO1.

➤ **Linha de Atuação: Infraestrutura e Tecnologia**

Objetivo: Prover infraestrutura e tecnologia apropriadas ao funcionamento dos serviços judiciários.

Ação IT1 – Sugerir o desenvolvimento de soluções tecnológicas para identificação de demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade no primeiro grau de jurisdição.

▪ **PA SEI 24836/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI CGTIC SETI PVP	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

Prova de conceito (PoC):

- Condução pelo Núcleo de Gestão da Informação do Centro de Inteligência (NUGICI).
- Utilização do *software low-code Microsoft Power Platform*.

- A PVP/COCIJDF manifesta que os testes realizados foram concluídos e o objetivo final da prova de conceito foi alcançado.
- A continuidade da implementação da solução perpassa por 2 etapas: contratação de licenças da *power* plataforma e treinamento.

Informações da PVP/COCIJDF:

- Por meio de acordo com o MPDFT, o CIJDF obteve, em 19/3/2024, o código-fonte da ferramenta “Robô do Consumidor – Robocon”, inicialmente criada para classificar demandas relacionadas ao direito do consumidor no DJe. A Coordenadoria de Sistemas está adaptando a ferramenta para minerar dados textuais em processos públicos no PJe, identificando temas com potencial de repetitividade no 1º grau. Ressalta-se que as funcionalidades do “Robocon” não se confundem com as do “Projeto Maat”, cuja função é recomendar ações para processos aderentes a precedentes qualificados.

Informações da Coordenadoria de Ciência de Dados (COCID):

- Desenvolvimento de dois produtos de *software* relacionados ao tema:
 - 1) **Solução de inteligência artificial – Maat:** com finalidade de recomendar sobrestamento ou tese firmada para processos relacionados a precedentes. Foi implantada no 1º grau com 10 temas treinados para reconhecimento em 2023. Em outubro de 2024, foi implantada no 2º grau e sua quantidade de temas treinados já aumentou para 45.
 - 2) **Solução de inteligência artificial - Ártemis:** com finalidade de detectar demandas do tipo litispendência. Próxima etapa: Expansão para detecção de demandas predatórias. Foi implantada no 1º grau como piloto em 6 unidades judiciais para avaliação.

Ação IT2 – Estimular o aprimoramento contínuo do PJe, com foco na celeridade processual.

- **PA SEI 24840/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI CGPJE SETI SEJU GC	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

- Grande parte dos projetos implementados para aprimoramento do PJe, com vistas à celeridade processual, representadas por ações no PDTIC 2024, podem ser monitoradas no Painéis de Gestão de TI , utilizando o filtro "PJe" no campo de "Produto/Serviço".

Concluídas:

- DS192 - Integração PJE x SEI: automatiza os processos de pagamentos de peritos por meio da integração entre os sistemas PJE e SEI, eliminando a necessidade de requisições manuais e reduzindo erros e atrasos.

- DS05 - Implantar solução de Gestão de Precedentes no PJe: implementa uma solução para gestão de precedentes jurídicos no PJe, facilitando a consulta e análise de decisões anteriores, bem como a atualização automática da situação dos julgados.
- DS158 - CNJ - Projeto Portal de Serviços - Petição intercorrente: integração ao portal de serviços do CNJ (Jus.Br) para submeter petições intercorrentes, que oferece uma plataforma unificada para serviços judiciais no âmbito do Poder Judiciário.
- DS24 - Automatizar a citação das partes de Executivos Fiscais no PJe: automatiza o processo de citação das partes em processos de Executivos Fiscais, reduzindo o tempo e os erros humanos.
- DS193 - CNJ - Projeto BNMP 3.0 (nova versão): integração ao novo serviço do Banco Nacional de Mandados de Prisão - versão 3.0, melhorando a gestão e consulta de mandados de prisão.
- DS155.2 Implantar Maat no 2º grau: implementa o sistema Maat no 2º grau, utilizando inteligência artificial para recomendar temas e aumentar a produtividade das decisões judiciais.
- DS200 Juiz das Garantias: Implementado no sistema PJe - Processo Judicial Eletrônico de 1º Grau: implementa o fluxo do Juiz das Garantias por critério de regionalização no sistema PJe de 1º Grau, garantindo maior imparcialidade e segurança jurídica nos processos.
- DS156 Integração do sistema PJe de 1º Grau com a solução de IA Artemis: integra o PJe de 1º Grau com a solução de inteligência artificial Artemis, automatizando e melhorando a análise de processos similares, predatórios e litispendências.
- DS195 Integração do sistema PJe de 2º Grau com a solução de IA TOTH: integra o PJe de 2º Grau com a solução de inteligência artificial TOTH, aprimorando a definição de classes e assuntos dos processos judiciais.
- DS25.3 Novo sistema de cálculo JURISCALC integrado ao PJe: sistema de cálculo integrado ao PJe, facilitando o cálculo de valores processuais.

As implementações do PJe que são deliberadas pelo CGPJE estão disponíveis por ano em <https://www.tjdft.jus.br/pje/comite-gestor/andamento-dos-projetos-funcionalidades-e-das-issues-do-pje>.

- As demandas relacionadas ao PJe de 2ª Instância são homologadas pelo NUAGE/CGSIS e os informativos sobre as implementações são encaminhados a todos os usuários do sistema, bem como são disponibilizados no *site* da Secretaria Judiciária, em [Espaço dos Órgãos Colegiados > PJe2i-2ª Instância > Comunicados relacionados ao PJe2i feitos pelo NUAGE e pela SEJU](#).

➤ **Linha de Atuação: Governança Colaborativa**

Objetivo: Promover a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, favorecendo a descentralização administrativa, a democratização interna e o comprometimento com os resultados institucionais.

Ação GC1 – Participar de forma ativa no processo de elaboração das Metas Nacionais do Poder Judiciário, bem como promover e incentivar a participação de magistrados e servidores.

▪ **PA SEI 24842/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI SEPG	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

SEPG: O CNJ informou o início do processo durante a 1ª Reunião Preparatória para o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, que ocorreu 16/5/2024 (PA SEI 10557/2024). Na ocasião, foram divulgados o calendário e as orientações do processo de formulação das Metas Nacionais para o ano 2025.

No âmbito do TJDF, ressalta-se a realização das seguintes ações participativas:

1) Consulta Pública "Gestão Participativa, juntos por uma Justiça ainda melhor!"

Pelo sétimo ano consecutivo, o TJDF, em parceria com outros tribunais do país, realizará a Gestão Participativa de forma única, através da consulta pública das Metas Nacionais da Justiça Estadual para 2025, proposta desenvolvida pelo Tribunal de Justiça da Bahia – TJBA.

O formulário para a consulta ficou disponível em *banner* localizado na *intranet* e *internet* do TJDF, bem como nas redes sociais, no período de 17/6/2024 a 3/7/2024.

2) Audiência pública – “Gestão Participativa, juntos por uma Justiça ainda melhor!” Construindo juntos as Metas Nacionais da Justiça Estadual para o ano de 2025

Pelo quarto ano consecutivo, O TJDF realizou a audiência pública, no dia 27/6/2024, das 9h às 12h, de forma virtual, na ferramenta *Microsoft Teams*, com transmissão no canal TJDFtooficial no *Youtube*, para recebimento de sugestões das Metas para 2025. Houve divulgação nos meios de comunicação de grande circulação, redes sociais e edital de convocação.

Foi aberto período para inscrição como expositor no evento. Para os participantes não inscritos, a manifestação foi realizada por meio do *chat* no *Youtube*.

3) Reuniões com grupos temáticos de magistrados e servidores, nas quais será disponibilizado formulário, a fim de receber sugestões para formulação da Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2025 – PIME.

O TJDFT realizou 13 reuniões com magistrados(as) e servidores(as) da Casa para debater sugestões sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025 e formas de alcançá-las. Os encontros foram realizados com grupos temáticos, de forma virtual, pelo Teams, no período de 29/5 a 21/6/2024.

Ao todo, participaram 660 servidores(as) e 42 magistrados(as), que atuam nos temas:

- Gestão Estratégica;
- Governança e Desempenho Institucional;
- Comunicação Institucional;
- Infraestrutura;
- Mediação e Conciliação;
- Contratações e Gestão Documental;
- Tecnologia da Informação;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão de Dados;
- Servidores da 1ª Instância e da 2ª Instância;
- Membros do Comitê de Governança e Gestão Estratégica – CGGE e Magistrados de 2º Grau;
- Membros do Comitê Gestor Regional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição – CGPRIORI e Magistrados de 1º Grau.

Durante as reuniões, foi aplicado o formulário eletrônico, disponibilizado no *link*: <https://forms.office.com/r/cZ3a5qZsdt>, que permitiu aos magistrados e aos servidores encaminharem sugestões quanto à PIME. A pesquisa teve a participação de 224 respondentes.

4) Consulta pública, promovida pelo CNJ, sobre as Propostas de Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025.

As propostas de Metas Nacionais são resultado de debates e encontros entre representantes dos tribunais brasileiros, juízes, servidores e de análises realizadas pelo CNJ. Período: **até o dia 8 de novembro de 2024.**

Após a participação, o resultado da consulta pública será analisado pelo CNJ. As Metas Nacionais para 2025 serão votadas pelos presidentes dos tribunais no 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Link: <https://www.cnj.jus.br/poder-judiciario/consultas-publicas/metas-nacionais-do-poder-judiciario-para-2025/>

5) Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2025 aprovadas no 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, realizado nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024:

[Metas do Judiciário - Portal CNJ](#)

Ação GC2 – Fomentar, apoiar e participar das ações relativas à promoção da ética e da integridade, no âmbito do 1º grau, alinhadas ao Programa de Integridade do TJDFT.

▪ **PA SEI 24843/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI COGEI SEPG	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

Realizada auditoria sobre a Política contra Assédio e Discriminação no Poder Judiciário no âmbito do TJDFT, determinada pelo CNJ, cuja finalidade era avaliar a aderência à Política nos órgãos do Poder Judiciário. A auditoria concluiu que as normas e os procedimentos implementados no TJDFT estão alinhados às diretrizes estabelecidas na Resolução CNJ n. 351/2020 e ao modelo de avaliação do Sistema de Prevenção e Combate ao Assédio, idealizado pelo TCU. Esse alinhamento demonstra o compromisso do TJDFT em combater o assédio e a discriminação, buscando a responsabilização dos infratores e a promoção de ambientes de trabalho saudáveis e harmoniosos. No entanto, a busca pela excelência nessa área não pode ser estática. É fundamental que o TJDFT continue aprimorando suas práticas, políticas e procedimentos de prevenção e combate ao assédio e à discriminação, pois as dinâmicas sociais e as percepções sobre essas questões podem mudar ao longo do tempo.

Capacitação dos magistrados e integrantes das CLAs no curso à distância Assédio e Violência para Comissão e Rede de Suporte e Acolhimento;

Em atualização os normativos de funcionamento da Rede de Acolhimento e o Código de Ética e Conduta do TJDFT.

Mais informações: [Integridade Pública — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios](#).

Ação GC3 – Sugerir a participação de um servidor e/ou Diretor de Secretaria do 1º Grau do TJDFT na composição do Comitê Gestor para Implantação e Acompanhamento da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro e do Processo Judicial Eletrônico - CGPJE.

▪ **PA SEI 24846/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI CGPJE SETI	agosto de 2024	Concluída.

Considerações:

GJP: acolheu a proposição formulada pelo CGPRIORI, mediante a alteração da Portaria Conjunta 95 de 14 de julho de 2022, que institui o Comitê Gestor para Implantação e Acompanhamento da Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro e do Processo Judicial Eletrônico – CGPJE no Poder Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, para inclusão de um representante de diretor de secretaria do primeiro grau em sua composição. Portaria Conjunta 120 e Portaria GPR 2509, de 2023, publicadas com a alteração sugerida.

Ação GC4 – Acompanhar a implementação da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (Resolução CNJ 255/2018).

- **PA SEI 24855/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria SEGP SEPG	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

Foi realizada Ação Coordenada de Auditoria 2024 - Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, determinada pelo CNJ, cuja finalidade é avaliar a implementação da Política Judiciária de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, conforme PA SEI 0013642/2024. O trabalho teve como objetivo avaliar a implementação da Política, bem como avaliar a existência de um ambiente interno aderente às práticas previstas no Modelo de Inclusão da Diversidade e Equidade (IDE), da Rede Equidade, no âmbito do TJDF.

Disponibilização do painel “Participação Feminina” em “Transparência e prestação de contas” - Quadro dinâmico com o quantitativo de Mulheres por cargos do quadro de pessoal.

Ação GC5 – Avaliar os relatórios de Metas do SISCORJUD (sistema de correição judicial), bem como critérios de grupamento de Varas para cumprimento de Metas e obtenção de Selo de Qualidade da Corregedoria.

- **PA SEI 24857/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
---------------------	---------------------------	----------

CGPRIORI
Corregedoria

agosto de 2024

Concluída

Considerações:

- O novo ciclo correccional 2024-2026, teve início em junho de 2024, [Portaria GC 61/2024](#). A diretriz é o aprimoramento das atividades cartorárias sob a perspectiva de uma gestão humanizada, fundamentada em 5 pilares – parceria, transparência, gestão, isonomia e qualidade dos dados processuais.
- Os novos critérios para a obtenção do Selo de Qualidade da Corregedoria foram reestruturados e estão detalhados na [Portaria GC 85/2024](#).
- O SISCORJUD disponibiliza relatórios gerenciais e de gestão para as unidades judiciais, oferecendo ferramentas estatísticas que permitem o autocontrole e a autogestão da qualidade dos dados processuais e estatísticos.

➤ Linha de Atuação: Diálogo Social e Institucional

Objetivo: Incentivar o diálogo com a sociedade e com instituições públicas e privadas, e desenvolver parcerias voltadas ao cumprimento dos objetivos da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição.

Ação DSI1 – Ampliar o diálogo com os órgãos parceiros da justiça, a fim de ratificar a importância do cadastramento correto dos dados na distribuição de processos judiciais.

▪ PA SEI 24859/2023

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria GGDPJ	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

- No Plano de Ações da CGDPJ para 2024 não há nenhuma iniciativa voltada para ampliar o diálogo com os órgãos parceiros da justiça.

COSIST:

Orientações sobre o registro de dados no 1º grau:

- Destinadas à PCDF, MPDFT, DPDF, advogados e advogadas.
- Foco no registro correto dos dados no momento da distribuição dos processos judiciais.

Destaques das orientações:

- Classificação (cadastro de classes e assuntos) de processos: Lei 14.344/2022 (Lei Henry Borel) e Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha).
- Disponibilização das orientações: Quadro de avisos do sistema PJe. Ações da ACS). Comunicações realizadas pelo Gabinete da Corregedoria.

Sugestão de ações educacionais para 2025:

- Foco em orientações ao público externo sobre a necessidade e importância do cadastro correto dos dados.

SEEF:

- A Escola de Formação Judiciária, em parceria com a COCIJU, realizará um webinar temático em 2025, que será gravado e disponibilizado como curso autoinstrucional na página da Escola. Após a ação, ofícios serão enviados aos Órgãos públicos e de classe para promover a iniciativa e ampliar a adesão do público-alvo, visando minimizar erros no cadastro.

Ação DS12 – Monitorar as medidas adotadas pelo TJDFT, relativas ao 1º Grau, em resposta às demandas dos cidadãos pelos meios de comunicação da Ouvidoria-Geral – OVG.

- **PA SEI 24869/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI OVG	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

- **OVG:** encaminhou relatório para fins de monitoramento, extraídas no Sistema de Ouvidoria (SISOUV 2) as manifestações encerradas entre 11/6/2024 e 31/01/2025, nas quais tenha sido assinalado o campo "Ação Implementada" e que guardem alguma relação com a atuação do 1º Grau de Jurisdição.

➤ **Linha de Atuação: Prevenção e racionalização de litígios**

Objetivo: Adotar medidas com vistas a conferir tratamento adequado às demandas de massa, fomentar o uso racional da Justiça e garantir distribuição equitativa dos processos judiciais entre as unidades judiciárias de primeiro grau.

Ação PRL1 – Fomentar o aprimoramento dos parâmetros para escolha das unidades judiciárias beneficiadas pelo apoio dos Núcleos Virtuais de Mediação e Conciliação – NUVIMECs.

Atividade: levantar informações sobre a quantidade de conciliadores e mediadores atuando nos NUVIMECs, em relação à demanda e comparativo da estatística do número de acordos das varas cíveis e de família.

▪ **PA SEI 24878/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI NUPEMEC SVP	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

- **NUPEMEC:** informa que as ações previstas permanecem inalteradas, com a manutenção da sistemática anteriormente encaminhada, quanto à atuação de mediadores e conciliadores dos NUVIMECs.
- Os NUVIMECs contam 113 servidores habilitados para atuar em sessões de autocomposição. Além dos servidores, o quadro é ainda composto por 151 conciliadores, estagiários de nível superior do curso de Direito. Após capacitação teórica e prática promovida pelo TJDFT, por intermédio deste NUPEMEC, esses colaboradores estão habilitados a conduzir audiências.
- Foi encaminhado relatório do período de abril de 2023 a dezembro de 2024, que detalha os resultados alcançados nos âmbitos processual e pré-processual dos NUVIMECs, por meio dos CEJUSCs.

Vínculo	Servidores	Estagiários	Voluntários	Total
Mediadores de Família	38	0	13	51
Mediadores	68	0	17	85
Conciliadores	7	151	7	136
Total	113	151	37	301

➤ **Linha de Atuação: Estudos e Pesquisas**

Objetivo: Promover estudos e pesquisas sobre causas e consequências do mau funcionamento da Justiça de primeira instância e temas conexos, a fim de auxiliar o diagnóstico e a tomada de decisões.

Ação EP1 – Solicitar a realização de pesquisa de satisfação do sistema Banco de Diligências – BANDI* (levantamento de necessidades).

*Sistema que permite a consulta de endereços já diligenciados pelos Correios ou pela Central de Mandados para as partes no PJe, bem como a comunicação de disponibilização de valores, nos termos do Provimento 30 de 2018.

▪ **PA SEI 24872/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria	agosto de 2024	Concluída.

Considerações:

COCIJU: a pesquisa de satisfação do sistema Banco de Diligências – BANDI (levantamento de necessidades) foi realizada no período de 2/8/2023 a 25/8/2023.

Ação EP2 – Fomentar a realização de estudos acerca da valorização de magistrados e servidores.

Atividade 1: realizar estudos para valorização da carreira da Magistratura, considerando a realização de concursos, acúmulo de unidades judiciárias e as movimentações.

Atividade 2: realizar estudos para valorização dos servidores e dos oficiais de justiça, com foco na equalização da força de trabalho e na quantidade de demanda a que estão submetidos.

▪ **PA SEI 24874/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria GPVP SEGP	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

SEGP: realizada a 9ª Pesquisa de Clima Organizacional do TJDFT, que teve como objetivo avaliar a percepção de magistrados, servidores e estagiários acerca de políticas, práticas e procedimentos internos adotados pela instituição. 2.517 questionários válidos respondidos, aumento de 42% na participação em relação à 2021. [Relatório Final da 9ª Pesquisa de Clima Organizacional](#) e o Índice de Favorabilidade geral foi de 74,8%.

- [Plano de Ações do Clima Organizacional 2024-2025](#), integrante do Programa de Gestão do Clima Organizacional do TJDFT, ações previstas:
 - Ação 1: Diagnóstico Situacional de Saúde,
 - Ação 3: Webinário sobre Qualidade de Vida no Trabalho x Riscos Psicossociais (Burnout)
 - Ação 7: Campanha de comunicação de ações do clima organizacional, intitulada "[Clima em Gotas](#)"
- Encontra-se em andamento estudo de Revisão Bial das Lotações das Unidades Judiciárias de Primeiro e Segundo Grau, que se propõe a equalizar a distribuição da força de trabalho entre primeira e segunda instâncias, proporcionalmente à demanda de processos (Res. CNJ 219/2016).
- Menção Honrosa por Tempo de Atuação no TJDFT
- Diamantes da Casa
- Programa de Valorização dos Trabalhadores Terceirizados no Âmbito do TJDFT
- Boas-Vindas
- Boas-Vindas Oficiais de justiça

- Programa de Valorização dos Estagiários

Coordenadoria de Apoio ao Concurso para Juiz de Direito Substituto e a Serviços Extraordinários – CACJE:

XLIV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal: 22 candidatos foram aprovados os quais tomaram posse no dia 18 /12/2023.

XLV Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz de Direito Substituto da Justiça do Distrito Federal: em andamento.

SEAMB: cursos para oficiais de justiça recém-empossados sobre rotinas no cumprimento de mandados, planejamento no cumprimento de diligências em aspectos relacionados à segurança. A Escola oferecerá 2 cursos autoinstrucionais: avaliação de imóveis e procedimentos dos tribunais do júri. A SGC, em conjunto com a COCIJU, está conduzindo uma ação para avaliar mandados expedidos por unidades judiciais que receberão visita técnica da COCIJU em 2024, conforme autorização prévia.

- Projeto destinado à entrega de premiação aos oficiais de justiça com atuação destacada no âmbito do Tribunal. Selo de qualidade em três categorias - ouro, prata e bronze, a ser entregue semestralmente e em solenidade própria, em datas a serem fixadas pela Corregedoria. A COAMA ficaria encarregada de instaurar processo administrativo específico para avaliação dos critérios e apuração dos oficiais que fazem jus ao selo.

Ação EP3 – Promover estudo acerca da criação de Varas de Títulos Executivos Extrajudiciais que abarquem mais de uma circunscrição, a partir do monitoramento das unidades judiciárias com alta taxa de congestionamento.

- **PA SEI 24875/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria Presidência	agosto de 2024	Em andamento

Considerações:

- A COSIST sugere a atualização do estudo técnico da criação de uma Vara de Título de Execução de Título Extrajudicial e Conflitos Arbitrais (em fev de 2024).
- COCIJU: tratativas com gestores das unidades cíveis das cidades satélites evidenciam queixas frequentes sobre os processos em fase de execução, com um forte anseio pela criação de varas especializadas, como em Brasília e Taguatinga. Esses processos demandam longos períodos para localização de partes e bens, aumentando o volume de expedição e controle. Dados do NUEST indicam quatro unidades com maior distribuição de processos do que a Vara de Execução de Taguatinga e volumes semelhantes às de Brasília. Assim, a criação dessas varas especializadas é considerada uma medida eficaz para promover maior celeridade processual.

Ação EP4 – Propor estudo, com o fim de aprimorar os parâmetros para escolha das unidades judiciárias beneficiadas pelo apoio do NUPMETAS1.

▪ **PA SEI 24877/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI Corregedoria	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

- A definição das unidades judiciárias a serem auxiliadas baseia-se em análises estatísticas e situacionais, considerando a capacidade de absorção de processos pelos magistrados do NUPMETAS1 e dados das unidades. Em 2024, a Corregedoria inovou com um estudo detalhado sobre as serventias para planejar ações de apoio e cumprir as Metas Nacionais do Judiciário. O estudo avaliou distribuição, produtividade e déficits de lotação, propondo a renovação periódica dessa análise.
- Devido à capacidade limitada, 80% da absorção mensal é destinada a serventias selecionadas, e 20% a casos extraordinários. Além disso, a Portaria 84/2024 implementou um sistema de designação voluntária de juízes substitutos para auxílio cumulado nos Núcleos de Justiça 4.0, aumentando a produtividade do NUPMETAS1, com cerca de 20 magistrados atuando nesse regime desde julho de 2024.

➤ **Linha de Atuação: Formação Continuada**

Objetivo: Fomentar a capacitação continuada de magistrados e servidores nas competências relativas às atividades do primeiro grau de jurisdição.

Ação FC1 – Fomentar a realização de capacitação contínua dos servidores no PJe.

Atividade: *fomentar a capacitação dos servidores, com vistas a aprimorar o conhecimento sobre tarefas específicas do PJe, como: certificação de prazo, expedição e minutas de atos judiciais.*

▪ **PA SEI 24879/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI SEEF	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

Relação de soluções educacionais realizadas em 2023 e 2024 na temática da referida Ação FC1:

Soluções Educacionais
CURSO PJE CÍVEL 2 GRAU - PFIS - TURMA 1
CURSO PJE CÍVEL 2 GRAU - PFIS - TURMA 2
CURSO PJE CRIMINAL 2 GRAU - PFIS
CURSO PJE CÍVEL 2 GRAU - PFIS - TURMA 3
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CIVIL I
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CRIMINAL I
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CIVEL II
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CRIMINAL II
CURSO PJE CÍVEL - PFIS - TURMA 1
CURSO PJE CRIMINAL - PFIS - TURMA 2
CURSO PJE CÍVEL - PFIS
CURSO A DISTÂNCIA ARQUIVAMENTO DEFINITIVO NO PJE
CURSO A DISTÂNCIA PJE ADMINISTRATIVO
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 2
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 3
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 4
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CRIMINAL 1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CRIMINAL 2

CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRATICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CIVIL 1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRATICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CIVIL 2
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPU _s - METAS, REFLEXOS E COMO OTIMIZAR O REGISTRO DAS INFORMAÇÕES NO PJE
WEBINAR AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS - COMO OTIMIZAR O REGISTRO DAS INFORMAÇÕES NO PJE
SISTEMAS INFORMATIZADOS DE 2º GRAU - CÍVEL - PFIS
SISTEMAS INFORMATIZADOS DE 2º GRAU - CRIMINAL - PFIS
CURSO PJE 2 GRAU CRIMINAL - PFIS
CURSO PJE 2 GRAU CÍVEL - PFIS
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - GABINETES CÍVEIS
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - SECRETARIAS CÍVEIS
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - GABINETES CRIMINAIS
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - SECRETARIAS CRIMINAIS
CURSO FIM - PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO

Ação FC2 – Solicitar o desenvolvimento e disponibilização contínua de cursos de mediação e conciliação, em especial para os mediadores de família.

▪ **PA SEI 24880/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI SVP SEEF	agosto de 2024	Concluída

Considerações:

NUPEMEC: informa as seguintes ações realizadas no curso de 2024: - 2 cursos de Formação de Conciliadores Judiciais; - 2 cursos de Formação de Conciliadores e Mediadores Judiciais. Até o final de 2024 há perspectiva de realização de um Curso de Formação de Mediadores de Família, além dos Cursos

Regulares de Formação de Conciliadores e Mediadores que são ofertados, conforme haja a lotação de novos estagiários e servidores nas unidades vinculadas, bem como segundo a demanda.

NUPLI: informa que a competência para promover a capacitação de conciliadores, mediadores e supervisores que atuam nos Centros Judiciários, é dos Núcleos Virtuais de Mediação e Conciliação - NUVIMECs, conforme Portaria Conjunta 22 de 19 de março de 2021. A Escola segue na sua agenda para 2024 com outras ações que tratam das temáticas de conciliação e mediação a exemplo do curso para oficiais de justiça e de *webinário* na Semana Nacional de Conciliação.

Ação FC3 – Solicitar a realização de curso de capacitação direcionado aos Oficiais de Justiça, relacionado à temática de mediação e conciliação.

▪ **PA SEI 24881/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI SEEF	agosto de 2024	Concluída.

Considerações:

O curso à distância o perfil conciliatório dos oficiais de justiça após a edição do CPC/2015 foi realizado no período de 26/08/2024 a 05/09/2024, com carga horária de 10h, docente Carlos Felipe de Aguiar Nery, com público-alvo os Oficiais de Justiça do TJDFT.

Link: <https://aluno.tjdft.jus.br/acao-educacional/139>

Ação FC4 – Estimular a participação dos servidores nas ações educacionais voltadas ao aprimoramento em rotinas cartorárias e fomentar a criação de tutoriais e manuais dos sistemas utilizados pelo Tribunal, tanto no caso de novas funcionalidades e/ou novos sistemas, concomitantemente com a disponibilização da ferramenta.

▪ **PA SEI 24883/2023**

Unidades envolvidas	Estimativa para conclusão	Situação
CGPRIORI SEEF SETI	agosto de 2024	Em andamento

Considerações:

- **SEEF:** apresentou a relação de soluções educacionais realizadas em 2023 e 2024 sobre a temática:

Soluções Educacionais
CURSO PJE CÍVEL 2 GRAU - PFIS
CURSO PJE CÍVEL 2 GRAU - PFIS
CURSO PJE CRIMINAL 2 GRAU - PFIS
CURSO PJE CÍVEL 2 GRAU - PFIS
WEBINAR ATUALIZAÇÕES DO SEI
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CIVIL I
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CRIMINAL I
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CIVEL II
WEBINAR VISÃO PRÁTICA DO NOVO PAINEL PJE - CRIMINAL II
CURSO PJE CÍVEL - PFIS
CURSO PJE CRIMINAL - PFIS
CURSO PJE CÍVEL - PFIS
CURSO A DISTÂNCIA CAPACITAÇÃO DO SISTEMA SEEU
WEBINAR DISTRIBUIDOR - CONSULTOR VEP
CURSO A DISTÂNCIA SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS
CURSO A DISTÂNCIA ARQUIVAMENTO DEFINITIVO NO PJE
WEBINAR BNMP 2,0
WEBINAR ABORDAGEM PRÁTICA DOS SISTEMAS SISBAJUD E RENAJUD
CURSO A DISTÂNCIA SISTEMA ELETRÔNICO DE INFORMAÇÕES - SEI
CURSO A DISTÂNCIA SISTEMA ELETRÔNICO DE EXECUÇÃO UNIFICADO - SEEU - PERFIL DISTRIBUIDOR
CURSO A DISTÂNCIA PJE ADMINISTRATIVO
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 1

CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 2
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 3
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJe - TURMA 4
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CRIMINAL 1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CRIMINAL 2
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CIVIL 1
CURSO AUTOINSTRUCIONAL ABORDAGEM PRÁTICA DO NOVO PAINEL DO PJE - CIVIL 2
CURSO A DISTANCIA SISTEMA ELETRONICO DE INFORMAÇÕES - SEI
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPUs - METAS, REFLEXOS E COMO OTIMIZAR O REGISTRO DAS INFORMAÇÕES NO PJE
WEBINAR SELO DE QUALIDADE DA CORREGEDORIA PARA O CICLO CORREICIONAL 2023/2024
CURSO A DISTÂNCIA INTRODUÇÃO ÀS CORREIÇÕES JUDICIAIS ORDINÁRIAS CÍVEIS
CURSO PRÁTICA CARTORÁRIA CRIMINAL - PFIS
CURSO FLUXO DE PROCESSO CRIMINAL - PFIS
CURSO PRÁTICA CARTORÁRIA CÍVEL - PFIS
WEBINAR AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS - COMO OTIMIZAR O REGISTRO DAS INFORMAÇÕES NO PJE
WEBINAR AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS NAS METAS E DEMAIS REFLEXOS - 1ª INSTÂNCIA
WEBINAR AS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS E COMO MELHORAR OS DADOS ESTATÍSTICOS - 1ª INSTÂNCIA
CURSO A DISTÂNCIA ATUALIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS - CRIMINAL
WEBINAR TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS E DADOS ESTATÍSTICOS - LEIS 11340/06, 13431/17 E 14344/22
CURSO A DISTÂNCIA PRÁTICA CARTORÁRIA EM VARA DE FAMÍLIA
WEBINAR TABELAS PROCESSUAIS - DADOS ESTATÍSTICOS DA CONCILIAÇÃO, MEDIAÇÃO E JUSTIÇA RESTAURATIVA.
WEBINAR TABELAS PROC. - DADOS ESTATÍSTICOS NOS ACORDO DE NÃO PERSERCUÇÃO PENAL, AÇÃO PENAL E JURI
WEBINAR TABELAS PROC. - DADOS ESTATÍSTICOS EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, FALÊNCIAS, INF. E JUV. E M.A.
CURSO A DISTANCIA INTRODUCAO AS CORREICOES JUDICIAIS ORDINARIAS CÍVEIS
WEBINAR REFLEXO DAS TABELAS PROCESSUAIS UNIFICADAS NO ARQUIVAMENTO DEFINITIVO E GESTÃO ARQUIVÍSTICA
CURSO A DISTÂNCIA ATUALIZAÇÃO EM PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS - CRIMINAL
CURSO A DISTÂNCIA INTRODUÇÃO AS CORREIÇÕES JUDICIAIS ORDINARIAS CRIMINAIS
WEBINAR SISTEMAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS DE 1ª INSTÂNCIA - SISCORJUD

CURSO A DISTÂNCIA INTRODUÇÃO AS CORREIÇÕES JUDICIAIS ORDINARIAS CRIMINAIS
WEBINAR SISTEMAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DA 1ª INSTÂNCIA - BOLETIM ESTATÍSTICO E PAINEL DE METAS
WEBINAR: CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - COMO CLASSIFICAR OS PROCESSOS?
CURSO AUTOINSTRUCIONAL AS TPUs e as LEIS 11.340/2006, 13.431/2017 e 14.344/2022
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPUs - SOBRESTAMENTO, SUSPENSÃO E LEVANTAMENTO DA CAUSA SUSPENSIVA
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPUs - DADOS ESTATIST. REF. A CONCILIAÇÃO A MEDIAÇÃO E A JUSTIÇA RESTAURATIVA
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPUs - ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL, AÇÃO PENAL E JÚRI
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPUs- AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, FALÊNCIAS, INFÂNCIA E JUVENTUDE E MEIO AMBIENTE
CURSO AUTOINSTRUCIONAL TPUs - REFLEXO NO ARQUIVAMENTO DEFINITIVO E GESTÃO ARQUIVÍSTICA
WEBINAR ASPECTOS PRÁTICOS DA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE EXECUÇÃO SOB A ÓTICA DO SEEU
CURSO FLUXO DO PROCESSO CÍVEL - PFIS
CURSO FLUXO DO PROCESSO CÍVEL - PFIS
CURSO FLUXO DO PROCESSO CÍVEL - PFIS
FLUXO DE PROCESSO DE JUIZADOS - PFIS
CURSO A DISTÂNCIA NOÇÕES DE FLUXO DO PROCESSO CRIMINAL
CURSO FLUXO DO PROCESSO CÍVEL - PFIS
CURSO A DISTÂNCIA NOÇÕES GERAIS DE FLUXO DE PROCESSO JUDICIAL CÍVEL
CURSO AUTOINSTRUCIONAL NOÇÕES DE FLUXO DO PROCESSO CRIMINAL
SISTEMAS INFORMATIZADOS DE 2º GRAU - CÍVEL - PFIS
SISTEMAS INFORMATIZADOS DE 2º GRAU - CRIMINAL - PFIS
CURSO PJE 2 GRAU CRIMINAL - PFIS
CURSO PJE 2 GRAU CÍVEL - PFIS
CURSO A DISTÂNCIA PRÁTICA CARTORÁRIA EM VARA DE FAMÍLIA
CURSO A DISTÂNCIA PRÁTICO DE PROCEDIMENTO COMUM
CURSO A DISTÂNCIA PRÁTICAS CARTORÁRIAS - CÍVEL
CURSO A DISTÂNCIA PRÁTICAS CARTORÁRIAS - CRIMINAL
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - GABINETES CÍVEIS
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - GABINETES CRIMINAIS

OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - SECRETARIAS CRIMINAIS
OFICINA ATUALIZAÇÕES SOBRE SISTEMAS EXTERNOS UTILIZADOS NA 2ª INSTÂNCIA - GABINETES CÍVEIS
OFICINA ATUALIZAÇÕES SOBRE SISTEMAS EXTERNOS UTILIZADOS NA 2ª INSTÂNCIA - SECRETARIAS CÍVEIS
OFICINA ATUALIZAÇÕES SOBRE SISTEMAS EXTERNOS UTILIZADOS NA 2ª INSTÂNCIA - GABINETES CRIMINAIS
OFICINA ATUALIZAÇÕES SOBRE SISTEMAS EXTERNOS UTILIZADOS NA 2ª INSTÂNCIA - SECRETARIAS CRIMINAIS
CURSO AUTOINSTRUCIONAL CRIMES CONTRA CRIANÇA E ADOLESCENTE E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA - COMO CLASSIFICAR
CURSO AUTOINSTRUCIONAL SISTEMAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS DOS PROCESSOS ELETRÔNICOS DE 1ª INST. SISCORJUD
CURSO AUTOINSTRUCIONAL SISTEMAS DE EXTRAÇÃO DE DADOS - BOLETIM ESTATÍSTICO E PAINEL DE METAS
OFICINA ATUALIDADES NO PJE DE 2ª INSTÂNCIA - SECRETARIAS CÍVEIS
CURSO AUTOINSTRUCIONAL SISTEMA NACIONAL DE GESTAO DE BENS - SERVIDORES
CURSO AUTOINSTRUCIONAL NOÇÕES DE FLUXO DO PROCESSO CRIMINAL

A EjuDFT informa que 26 soluções educacionais da Ação FC4 do Plano de Ação CGPRIORI 2022-2024 são da modalidade autoinstrucional. Apesar de não serem tutoriais ou manuais, esse formato permite que o discente aprenda no seu próprio ritmo as principais funcionalidades dos sistemas e ferramentas, contribuindo para o aprimoramento das rotinas cartorárias.

▪ **SETI:**

- Apresentou a relação de tutoriais disponibilizados na Base de Conhecimento da Plataforma ITSM em 2024 relacionados ao MFA
- O NUAMAG atende magistrados e unidades plantonistas do TJDFT utilizando tutoriais breves em texto, vídeo e PDF, elaborados ou compilados pela equipe, além de materiais de terceiros e documentações da Central. Os atendimentos são realizados principalmente via *WhatsApp*, onde os conteúdos são armazenados para adaptação conforme as demandas. Também são produzidos tutoriais personalizados e, se necessário, realizados atendimentos por videochamada. Esses conteúdos visam solucionar problemas específicos, sem caráter instrucional.
- Artigos relacionados às pilulas Pje: <https://central.tjdft.jus.br/saw/ess/viewResult/4205348?TENANTID=952595856>.